

Efeitos da Política de Garantia de Preços Mínimos nos preços de alimentos da Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia

Delza Rodrigues de Carvalho ¹, Maíra Ferraz de Oliveira Silva ¹

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – Vitória da
Conquista – Bahia – Brasil

Citação deste Artigo (ABNT)

CARVALHO, Delza. SILVA, Maíra F. O. Efeitos da Política de Garantia de Preços Mínimos nos preços de alimentos da Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. v.22, n.1, 79-83, 2025.

Recebido em 02/05/2024.

Aprovado em 20/02/2025.

Autor para Correspondência

Delza Rodrigues de Carvalho
Departamento de Ciências
Sociais Aplicadas
Estr. Bem Querer, Km-04 –
Universidade – Caixa Postal 95
Vitória da Conquista – BA
CEP 45031-900
delza.carvalho@uesb.edu.br



Copyright: © 2025 Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.

This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license.

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar os efeitos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), crédito rural e da carga tributária indireta sobre os preços dos principais alimentos da Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, no período de 2020 a 2023. Tem como fundamentos teóricos a Teoria Econômica Neoclássica, a Teoria dos Custos de Transação, a Teoria da Localização e a Teoria Geral do Sistema que buscam explicar, respectivamente, o comportamento do consumidor, os padrões de concentração regional das atividades econômicas, os efeitos das relações entre as partes e o todo, abrangendo a complexidade de interações que envolvem o tema. Utilizando estatística inferencial e descritiva, o estudo analisa as tendências de preços dos produtos da Cesta Básica de Vitória da Conquista para avaliar os efeitos dos subsídios concedidos pelo governo federal e da carga tributária indireta estadual sobre o preço de alguns desses produtos. Os resultados demonstraram que a elevação do custo da Cesta Básica decorre dos efeitos sazonais e de variáveis como inflação, desemprego e políticas governamentais, visto que essas tendências conjunturais afetam os custos de produção e, conseqüentemente, os preços dos produtos básicos.

Palavras-chave: Cesta Básica. Indicadores Econômicos. Inflação. Preços. Renda familiar.

Abstract

This article aims to analyze the effects of the Minimum Price Guarantee Policy (PGPM), rural credit and the indirect tax burden on the prices of the main foods in the Basic Food Basket of Vitória da Conquista, Bahia, from 2020 to 2023. Its theoretical foundations are Neoclassical Economic Theory, Transaction Cost Theory, Location Theory and General System Theory, which seek to explain, respectively, consumer behavior, patterns of regional concentration of economic activities, the effects of relationships between the parts and the whole, covering the complexity of interactions involving the topic under study. Using inferential and descriptive statistics, the price trends of the products in the Basic Food Basket of Vitória da Conquista were analyzed to assess the effects of subsidies granted by the federal government and the indirect state tax burden on the price of some of these products. The results showed that the increase in the cost of the Basic Food Basket is due to seasonal effects and variables such as inflation, unemployment and government policies, since these cyclical trends affect production costs and, consequently, the prices of basic products.

Keywords: Basic Food Basket. Economic indicators. Inflation. Prices. Family income.

INTRODUÇÃO

A Política de Garantia de Preços Mínimos Agrícolas (PGPM) e a carga tributária indireta são elementos que podem influenciar os preços dos principais alimentos da Cesta Básica. A PGPM é uma medida adotada pelo governo brasileiro com o objetivo de assegurar um preço mínimo para os produtos agrícolas contra eventuais oscilações nos preços internacionais ou variações na oferta e demanda de determinados produtos e, da mesma forma, garantir a estabilidade econômica do setor.

No que se refere à carga tributária indireta sobre os alimentos da Cesta Básica, no Brasil, alguns alimentos são isentos de impostos ou possuem alíquotas reduzidas, enquanto outros têm uma carga tributária mais pesada. Entre os alimentos que compõem a Cesta Básica, podemos citar arroz, feijão, açúcar, óleo de soja, leite e carne. Todos esses produtos estão sujeitos a tributos como ICMS, IPI, PIS e COFINS, que são repassados ao consumidor final.

No Brasil, a Cesta Básica é um indicador de inflação do país. Representa um conjunto de alimentos e produtos de primeira necessidade que compõem a dieta básica de uma família. É composta de alimentos como arroz, feijão, carne, leite, pão, açúcar, café e outros produtos e varia de acordo com a região do país e a renda familiar.

Para o estudo em questão, utilizou-se o delineamento de pesquisa enquadrado como estudo de caso, delimitada no tempo e no espaço. A área de estudo abrange o município de Vitória da Conquista, Bahia, no período de agosto de 2020 a agosto de 2023. Em termos procedimentais, realizou-se a pesquisa bibliográfica com consulta a livros, teses universitárias, artigos em revista científica (Portal de Periódicos da CAPES) e ao site do programa de Indicadores Econômicos de Vitória da Conquista. Com base nessas informações, a presente pesquisa tem o objetivo de analisar os efeitos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), do crédito rural e da carga tributária indireta sobre os preços dos principais alimentos da Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, no período de agosto de 2020 a agosto de 2023.

Em face das questões que se evidenciam com relação à temática, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto da Política de Garantia de Preços Mínimos Agrícolas, do

crédito rural e da carga tributária indireta sobre os preços dos principais alimentos da Cesta Básica em Vitória da Conquista, Bahia, considerando as particularidades do consumo e da demanda familiar no período de 2020 a 2023?

Na hipótese levantada, pressupõe-se que os efeitos da Política de Garantia de Preços Mínimos Agrícolas, do crédito rural e da carga tributária indireta sobre os preços dos alimentos na Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, são complexos e inter-relacionados. A elevação do custo da Cesta Básica decorre dos efeitos sazonais e de outras variáveis econômicas, como inflação, desemprego e políticas governamentais, haja vista que essas tendências conjunturais afetam os custos de produção e, conseqüentemente, os preços dos produtos básicos.

A relevância deste estudo deve-se à ausência de trabalhos acadêmicos que abordem o tema analisado. Assim, o trabalho justifica-se porque possibilita a reflexão e discussão sobre a importância da produção de índices regionais de inflação para o desenvolvimento de informações sobre custo de vida local e sua aplicação em estudos e utilização por agentes econômicos e gestores públicos na tomada de decisões sobre transações econômicas e formulação de políticas ajustadas à realidade local.

O presente estudo, além desta introdução, está estruturado em outras cinco seções. Na segunda, é feita uma breve revisão bibliográfica do tema, em atendimento à problemática e aos objetivos propostos. Na terceira, discute-se sobre o método utilizado na realização da pesquisa para avaliar os efeitos dos subsídios produtivos e da comercialização por parte do governo federal e da carga tributária indireta estadual sobre o preço de alguns dos principais alimentos constantes na Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia. Para tanto, operou-se com as análises estatísticas, inferencial e descritiva, sendo utilizados o software *Microsoft Office Excel 2023*. Na quarta, aborda-se a influência dos subsídios e impostos sobre os equilíbrios de mercado e o papel do poder público na economia, enquanto elementos de ligação entre estado, governo e mercado. Em seguida, na quinta seção, é feita uma análise com base no comportamento dos preços da Cesta Básica de Vitória da Conquista.

Nas considerações finais, retomam-se as assertivas definidas nas hipóteses para suas validações, respaldadas nos resultados obtidos no trabalho empírico e referencial teórico metodológico de pesquisa. Em seguida, apontam-se perspectivas respaldadas nos resultados obtidos e no embasamento teórico-metodológico da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o índice de preços da Cesta Básica sob o enfoque das abordagens da teoria econômica, regional e sistêmica

Alfred Marshall (1842-1924) apesar de não ter focado especificamente na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tal qual é entendida atualmente, introduziu ideias que desempenharam um papel indireto na formação da PGPM, principalmente quanto à armazenagem do excedente. Sobre isso, Brue (2013, p. 280) afirma que:

“A única lei universal que pertence ao desejo de uma pessoa em relação a uma mercadoria, dizia Marshall, é que, com outras coisas sendo iguais, ele diminuiu a cada aumento em seu fornecimento dessa mercadoria. Segue-se, portanto, que, quanto menor o preço, mais o consumidor irá comprar”.

Marshall reconheceu que a armazenagem desempenha papel importante na estabilização dos preços, permitindo que os consumidores aproveitem os excedentes quando os preços estão baixos. Pinto Junior, Ferraro, Vernersbach (2020, p. 7) afirmam:

“Segundo a escola de pensamento neoclássica, em mercados perfeitamente competitivos, o elevado número de agentes ou, em outros termos, a atômica das empresas, seria suficiente para eliminar qualquer possível poder de mercado. Entendendo aqui como poder de mercado a capacidade das firmas de elevarem os seus preços acima dos seus custos marginais de produção, de forma que seja possível auferir lucros acima da taxa “normal” da economia”.

A esse respeito, as teorias de Von Thünen (1826) e Christaller (1933), detalhadas a seguir,

permitem compreender os efeitos da PGPM na organização espacial da produção agropecuária. Von Thünen sugere que os custos de transporte e a distância dos centros urbanos influenciam a produção e os preços dos produtos agrícolas. Christaller, com sua Teoria dos Lugares Centrais, destaca a distribuição dos bens e serviços em função da hierarquia urbana.

Conforme essas perspectivas teóricas, a PGPM, ao estabilizar os preços, pode interferir nessa lógica ao tornar economicamente viável a produção em regiões mais periféricas, alterando a configuração espacial prevista pelas teorias. Além disso, instrumentos como o Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) e o Valor de Escoamento do Produto (VEP), ligados à PGPM, contribuem para viabilizar o escoamento da produção em áreas de menor atratividade mercadológica.

Assim sendo, reconhece-se essa prática prevista nos instrumentos da PGPM, assegurando recursos para armazenagem e conservação de produtos para vendas futuras em melhores condições de mercado e financiamento, realizando: i) Financiamento para Estocagem de Produtos Agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (FEPM); ii) o Financiamento Especial para Estocagem de Produtos Agropecuários (FEE).

O Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisições de produtos agropecuários (Brasil, 1966). A política de preços mínimos no Brasil refere-se à prática de estabelecer valores mínimos para produtos agrícolas, para garantir uma remuneração justa aos produtores, e tem os seguintes objetivos: i) proteger os agricultores contra variações extremas nos preços de mercado, intervindo quando o preço de mercado for menor que o preço mínimo; ii) delimitar a oferta de alimentos, incentivando a produção; iii) garantir a regularidade do abastecimento nacional.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é, contudo, alvo de críticas, pois pode influenciar a dinâmica do mercado ocasionando possíveis distorções econômicas e impactos negativos sobre os preços da Cesta Básica. Ao estabelecer um preço mínimo, os produtos

agrícolas tendem a ter um valor maior do que seria determinado exclusivamente pelo mercado.

A análise dos preços agropecuários configura ponto de fundamental interesse, dada a ampla gama de inter-relações com outros setores de atividade e agentes econômicos envolvidos com esse setor, principalmente em uma economia com vocação agropecuária como a do Brasil, em que as atividades ligadas ao agronegócio são responsáveis por aproximadamente 24% do PIB do país. Segundo o CEPEA-CNA (1996-2024), o agronegócio brasileiro foi responsável por aproximadamente 25,2% do PIB nacional em 2022, valor próximo ao registrado nos anos anteriores, 23,5% em 2023 e 23,2% em 2024.

O consumo relaciona-se com a riqueza gerada pelas sociedades, a qual determina o nível de vida e bem-estar de todos os seus habitantes. Todavia, essa riqueza está circunstanciada pela limitação dos recursos e por processos distributivos. Dessa forma, famílias com renda mais alta podem ter maior flexibilidade para escolher produtos de melhor qualidade e variedade, enquanto famílias com renda mais baixa podem priorizar opções mais acessíveis. Isso pode impactar as preferências de marca, quantidade e tipos de alimentos selecionados.

A concepção teórica de Análise de Custo-Benefício (ACB), baseada na Teoria Econômica Neoclássica, enfatiza a filosofia individual e a soberania do consumidor. Nesse contexto, está implícita a hipótese de que o nível de satisfação ou bem-estar dos indivíduos pode ser mensurado pelos preços que eles estão dispostos a pagar no consumo de bens e serviços.

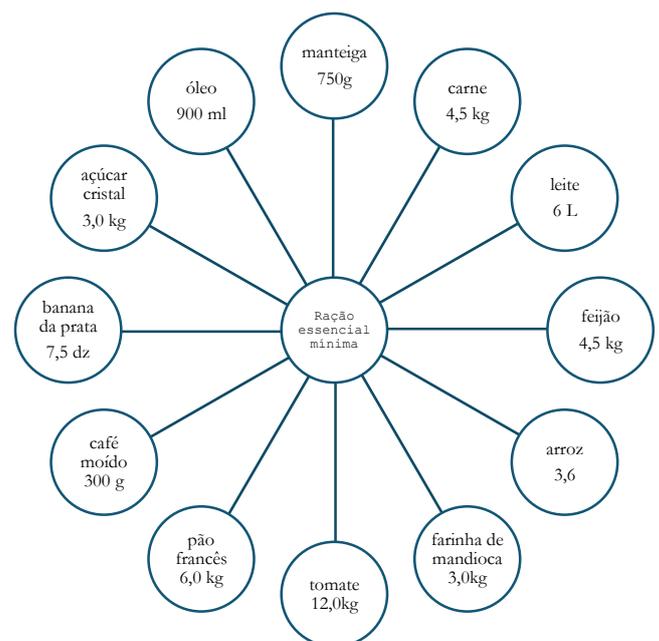
Ainda que o foco principal deste estudo se baseie na perspectiva da Teoria Econômica Neoclássica, cabe destacar a Teoria dos Custos de Transação, proposta por Ronald Coase (1937) e posteriormente desenvolvida por Oliver Williamson (1975), como importante abordagem alternativa na análise dos mercados. A teoria enfatiza os custos associados à busca, negociação e cumprimento de contratos entre agentes econômicos. Contudo, para esta investigação, a opção foi por uma abordagem neoclássica, uma vez que o foco recai sobre a influência de preços, subsídios e impostos sobre demanda e comportamento do consumidor, privilegiando o

modelo de equilíbrio de mercado com informações completas e racionais.

Nessa perspectiva de análise, as gestões governamentais enfrentam obstáculos para proporcionar a todos os habitantes um adequado nível de consumo de bens e serviços, que lhes permitam um padrão de vida considerado indispensável à sobrevivência e também compatível ao gosto e preferências de cada indivíduo que, intrinsecamente, possui um conjunto de preferências individuais. Assim sendo, diversos países têm buscado formas de solucionar o problema do consumo mínimo das populações.

Em tese, os alimentos constituidores da Cesta Básica proporcionam uma nutrição relativamente saudável, considerando-se as particularidades culturais das dietas regionais especificadas pelo Decreto-Lei nº 399 de 1938 (Brasil, 1938), de acordo com o DIEESE (2009). Além do cálculo mensal da variação dos preços dos itens que compõem a Cesta Básica, é mensurado o custo desta em relação à renda salarial mínima do trabalhador, em termos percentuais, bem como o tempo de trabalho necessário para adquiri-la. Na Figura 1 é possível observar os doze produtos e suas respectivas quantidades, definidas para a Região 2, na qual está inserido o estado da Bahia.

Figura 1 – Produtos e quantidades da cesta básica nacional brasileira, Região 2



Fonte: Elaborada pelas autoras com base no DIEESE (2009).

Na Cesta Básica, itens como arroz, feijão e carne possuem grande relevância nos orçamentos familiares, sendo suscetíveis a mudanças nos custos de produção e políticas agrícolas que balizam a oferta de alimentos, incentivando a produção. Os níveis de renda familiar têm uma influência significativa no comportamento do consumidor quando se trata de escolher os itens nutricionais básicos da Cesta Básica.

No que se refere aos padrões de concentração das diversas atividades econômicas em determinadas regiões e à forma como os agentes econômicos tomam decisões sobre onde estabelecer suas transações, o modelo teórico de Von Thünen, na obra “O Estado Isolado”, publicada em 1826, preconiza que, ao organizar a produção em diferentes anéis concêntricos em torno de uma cidade, com cada anel representando uma atividade agrícola específica, os agricultores podem otimizar seus ganhos.

Nessa mesma linha de análise, é relevante considerar as contribuições de Walter Christaller, com a publicação dos anos 1930, denominada “Teoria dos Lugares Centrais”. Segundo essa teoria, os centros urbanos funcionam na condição de polos organizadores do espaço por ofertar bens e serviços em diferentes níveis de complexidade às áreas periféricas que os rodeiam. Além disso, ela considera fatores como custos de transporte e a necessidade de atender à demanda local, de forma eficiente, contribuindo para a compreensão da distribuição espacial das atividades econômicas. Donda Junior (2002, p. 41) argumenta a esse respeito:

“A seleção do número e localização dos centros de distribuição. [...] Os problemas típicos das análises de localização podem ser caracterizados como muito complexos e intensivos em informações. A complexidade é criada pela multiplicação da alternativa de lugares para localização, com as estratégias de estoques para cada localização”.

Na perspectiva logística, a aplicação dessa teoria pode otimizar a localização de instalações, como armazéns, centros de distribuição e centros de atendimento, com o objetivo de minimizar os custos de transporte e maximizar a eficiência operacional.

Ao considerar a densidade populacional, a demanda por serviços e produtos, bem como os custos associados ao transporte, às empresas ou aos

governos, por meio de práticas previstas nos instrumentos da PGPM, tomam decisões informadas sobre onde estabelecer suas operações logísticas. Nesse sentido, Bowersox (2014, p. 36) afirma que:

“A logística existe para transportar e posicionar estoques com o objetivo de conquistar benefícios relacionados ao tempo, ao local e à propriedade desejados pelo menor custo total. O estoque tem valor limitado até que esteja posicionado no momento e no local certos para apoiar a transferência de propriedade ou a criação de valor agregado. Se uma empresa não satisfaz consistentemente aos requisitos de tempo e de local, ela não tem nada para vender”.

Dessa forma, a teoria de localização de Walter Christaller oferece uma estrutura para entender de que forma os serviços logísticos podem ser adequadamente distribuídos em uma determinada região, considerando a acessibilidade, a demanda e os custos logísticos associados. Essa abordagem estratégica pode resultar em cadeias de suprimentos mais eficientes e respostas mais ágeis às demandas do mercado local.

Sob esse aspecto, a presente pesquisa também se baseia na concepção teórica do biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy, a teoria de sistemas, que define um sistema por elementos inter-relacionados entre si, que interagem e afetam de forma direta ou indireta uns aos outros. Nesse contexto, o salário mínimo tem um papel importante a respeito do sistema, pois deve suprir as necessidades básicas do ser humano, na qual a alimentação se inclui. De acordo com o Decreto-Lei nº 399/38 (Brasil, 1938):

“Em 30 de abril de 1938, foi regulamentada a Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936 pelo Decreto Lei nº 399. Este estabelece que o salário-mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (Decreto-Lei nº 399, art.2º)”.

Nesse contexto, a teoria de sistemas pode ser aplicada à Cesta Básica considerando a relação de causa/efeito sobre o salário mínimo, inflação, reajuste dos produtos constantes na ração mínima essencial (Cesta Básica), ou até nos efeitos sazonais sobre o preço dos produtos componentes da Cesta Básica, conforme Figura 2.

Figura 2 – Relações entre Cesta Básica, salário-mínimo, inflação e sazonalidade



Fonte: Elaborada pelas autoras.

A relação entre Cesta Básica, salário mínimo, inflação e sazonalidade pode ser considerada parte de um sistema, em que todos os elementos interagem de alguma forma entre si, funcionando como uma estrutura organizada (Figura 2).

Observa-se que a causa mais frequente para a ocorrência da inflação de custos está associada a pressões ou a choques autônomos de oferta, que refletem o aumento dos preços das matérias-primas, choques agrícolas, entre outros fenômenos.

Ressalta-se que os aumentos salariais constituem outra razão não menos frequente para o aumento generalizado de custos na economia, tornando-se um problema econômico quando a produtividade da mão de obra empregada não aumenta na mesma proporção dos salários reais médios, elevando os custos unitários por produto que tendem a ser repassados para os preços ao consumidor final.

Desse modo, na condição de política de combate à inflação de custos destaca-se a política de rendas com o controle direto de preços (política salarial mais rígida ou controle ou tabelamento de preços dos produtos), a política monetária contracionista que, apesar de impopular, reduz a demanda agregada, compensando a elevação de preços devido às pressões de custos.

Enfim, à medida que o preço de um produto sobe, a tendência é que o preço da Cesta Básica suba também, diminuindo assim o poder de compra do salário mínimo. Todos esses componentes formam um sistema interligado, em que a alteração nas partes menores, conseqüentemente, irá afetar o todo.

As influências dos subsídios e impostos sobre o equilíbrio de mercado e o papel do poder público na economia

A tributação sobre o consumo pode influenciar tanto as decisões dos consumidores quanto as dos produtores. Afirma-se que um imposto pode ser totalmente absorvido pelos produtores, resultando em preços menores e competitivos, ou pelos consumidores finais, com elevação dos preços finais ou dos custos ao produtor. A medida dessa interferência depende do grau de elasticidade-preço dos produtos comercializados e da existência de bens substitutos deles (Gremaud *et al.*, 2003).

Rosen (2005) destaca que essa influência será determinada pelas características das curvas de demanda e oferta. Assim sendo, se forem mantidas inalteradas todas as demais variáveis, quanto mais elástica a curva de demanda, menos impostos serão descontados dos consumidores. Da mesma forma, quanto mais elástica a curva de oferta, menos impostos são pagos pelos produtores.

Assim, argumenta-se que, no caso de bens com curvas de oferta mais elástica, aumentos nos preços decorrentes da maior carga fiscal geram variações significativas nas quantidades demandadas. Portanto, a incidência de impostos determina o total a ser pago pelos consumidores finais, já que os impostos estão contidos nos próprios custos de produção do bem.

Todavia, ao considerar-se o caso de ofertas inelásticas do preço recebido pelo produtor é abatida a carga tributária, ficando esse ônus integralmente ao ofertante (Varian, 1993). Logo, os efeitos negativos da tributação estão justamente na ocorrência da distorção dos incentivos para o consumidor demandar e o produtor produzir, fazendo que ambos modifiquem seus comportamentos alocativos (Santos, 2011).

No Brasil, a carga tributária indireta sobre os alimentos afeta principalmente os indivíduos de baixa renda, que precisam gastar uma proporção maior de sua renda para adquirir os itens básicos de alimentação. Isso gera um impacto negativo sobre a qualidade de vida dessas pessoas que, muitas vezes, precisam renunciar a outros itens essenciais para garantir a alimentação diária. Dessa forma, é imprescindível o conhecimento acerca das séries econômicas de produtos alimentícios que são afetadas pelos efeitos da sazonalidade, desencadeadas pelas estações do ano, fatores culturais e conjunturais.

Esses efeitos são complexos e inter-relacionados, levando a flutuações nos preços de

alimentos da Cesta Básica ao longo do tempo. O conhecimento potencializa o poder de compra dos consumidores para que possam escolher a melhor ocasião para comprar determinados produtos, utilizando a previsão dos preços em cada época do ano.

Grande parte das teorias econômicas admite que o Estado exerce múltiplas influências sobre as atividades produtivas, tanto ao disponibilizar incentivos e legalizar ações estratégicas, quanto ao garantir direitos de propriedade e implementar contratos. Assim sendo, considera-se que a existência de falhas de mercado justifica a ação do poder público na economia, sendo que na literatura acadêmica há certa concordância a respeito das funções do governo (Riani, 1997). Do mesmo modo, a participação do Estado é considerada decisiva para o estabelecimento, fornecimento e fiscalização do consumo de bens essenciais e para o atendimento às demandas de caráter normativo associadas à mudança no perfil distributivo dos rendimentos gerados nos processos produtivos (Silva, 2005).

Przeworski (1994) afirma que um sistema econômico equitativo é o que depende da presença de mercados reguladores para a alocação de recursos e da existência do Estado para assegurar o bem-estar material básico da população. Assim sendo, afirma-se que a intervenção governamental nos mercados pode ocorrer por diversas causas, sendo a promoção da segurança alimentar uma das condicionantes mais importantes, sobretudo influenciada pelas condições de infraestrutura, políticas de apoio à comercialização agrícola, políticas de geração de emprego e renda, além das políticas macroeconômicas e das estratégias de desenvolvimento social (Ruel *et al.*, 1999; Waquil *et al.*, 2010).

A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, dispõe sobre a base legal da política agrícola, disposta no artigo 33, parágrafo 3º. Esse parágrafo prevê que os alimentos considerados básicos terão tratamento privilegiado para efeito de preço mínimo. Na Tabela 1, apresentam-se os preços fixados para a safra 2021/2022/2023, na Bahia. Nesse sentido, cabe destacar que é de competência do Conselho Monetário Nacional fazer a análise da atualização dos preços mínimos em cada safra e aprovar.

Tabela 1 – Preços mínimos dos alimentos considerados básicos, Bahia, safra 2021 a 2023

Produtos	2021	2022	2023
Arroz em casca longo fino	1,18	0,96	1,31
Café	1,82	3,03	3,42
Leite	1,39	1,69	2,17
Farinha de mandioca	1,15	1,39	1,6
Feijão	1,59	1,94	3,48

Fonte: CONAB (2024).

Conforme divulgado em coletiva oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da CONAB, em 2023 (CONAB, 2023), o ministro Paulo Teixeira e o presidente Edegar Pretto afastaram a possibilidade de intervenção nos preços agrícolas, reafirmando o papel da estatal no combate à fome e garantia da segurança alimentar.

Segundo os princípios normativos que norteiam a PGPM, a lei protege o agricultor de oscilações de preços e prevê a intervenção do Estado, quando a cotação dos produtos no mercado estiver abaixo do mínimo, situação oposta da atual.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de investigação iniciou-se após o levantamento de informações e de documentações básicas referentes à área de estudo e à temática do Programa de Indicadores Econômicos de Vitória da Conquista, em livros e artigos publicados que abordam o assunto. Para analisar as diferentes variáveis, foi utilizado o estudo de caso com o objetivo de investigar a realidade da região delimitada no período de agosto de 2020 a agosto de 2023.

Em seguida, foram consideradas as tendências de preços dos produtos da Cesta Básica observando as afetações diretas e indiretas nos preços dos produtos, decorrentes dos aspectos sazonais, que correspondem basicamente a: conjunturas econômicas, estações do ano, tratos culturais, destacando os itens de consumo de maior/menor relevância nos orçamentos familiares da população para aquisição da Cesta Básica.

Para efeito, foram coletados os dados, publicados no site do Programa de Indicadores Econômicos de Vitória da Conquista/UESB, com foco no comportamento dos preços dos itens da Cesta Básica e nos fatores que contribuem para a

mudança desses preços observando: i) aspectos metodológicos – analisando as características básicas apresentadas nos índices e a forma de obtenção das informações (escolha da população-objetivo, sistema de pesos e sistema de preços); ii) cálculo do índice – considerando a coleta, sistematização e análise dos dados até a obtenção do índice municipal; iii) produção e divulgação do índice – os aspectos da produção dos dados, priorizando as atividades de análise de preços, essencial para assegurar a qualidade dos resultados divulgados, descrevendo em linhas gerais a estrutura, o conteúdo e o objetivo dos relatórios de apresentação dos resultados. Por fim, operou-se com as análises estatísticas inferencial e descritiva utilizando o *software Microsoft Office Excel 2023*.

O PROGRAMA DE INDICADORES ECONÔMICOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA

A Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, tem a finalidade de acompanhar mensalmente a evolução/involução de preços de doze produtos de alimentação, assim como o cálculo do gasto mensal e o tempo de trabalho que um trabalhador teria para adquiri-los. Esse índice, portanto, tem a finalidade de avaliar o poder de compra do consumidor.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2016), a escolha desses doze produtos da Cesta Básica de alimentos considera tipos e quantidades suficientes para o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo, diferenciados por região no país.

Para o cálculo da Cesta Básica, adequações baseadas em especificidades inerentes ao município de Vitória da Conquista ocorreram basicamente na definição das marcas e categorias dos produtos pesquisados, que refletem as características de consumo da população

conquistense situada na faixa de renda definida para o indicador.

O Programa de Extensão Indicadores Econômicos de Vitória da Conquista optou por utilizar a estrutura classificatória dos doze produtos pesquisados: “Produtos Industrializados” (manteiga, açúcar cristal, café moído, farinha de mandioca, leite, óleo, pão francês); “Produtos de Elaboração Primária” (arroz, carne, feijão) e “Produtos *In Natura*” (banana da prata e tomate). Tais adaptações foram definidas por meio da observação *in loco* das marcas e categorias mais baratas e mais vendidas definidas nos estabelecimentos¹ de maior fluxo nos diferentes bairros da cidade.

Os demais procedimentos de cálculo e divulgação do índice são realizados com base na metodologia de cálculo utilizada, que se fundamenta nos quantitativos nutricionais, definida pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938 (Brasil, 1938), que regulamenta o salário mínimo no Brasil, bem como a metodologia da Cesta Básica nacional do DIEESE para a descrição dos princípios básicos de elaboração do índice.

O salário mínimo começou a vigorar no Brasil em 1º de maio de 1940. O valor no Brasil é estabelecido e reajustado anualmente pelo governo federal, com base na inflação do ano anterior e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores. Segundo Silva *et al.* (2010) “a partir do cálculo do custo da Cesta Básica também é possível estimar o valor do salário mínimo necessário para cumprir o estabelecido pela constituição de 1988”.

O cálculo da Cesta Básica é feito a cada mês. Após a coleta dos preços, são calculados os preços médios de cada marca dos produtos pesquisados. Ao multiplicar esse preço médio pelas quantidades definidas no Decreto-Lei nº 399 (Brasil, 1938), é obtido o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja soma representa o custo mensal da Cesta Básica.

Determinado o valor da cesta, é feito o cálculo das horas de trabalho necessárias àquele que ganha

¹ A definição da amostra dos estabelecimentos nos quais é realizada a coleta dos preços da Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, segue a “Metodologia da Cesta Básica de Alimentos” do DIEESE (2009) que define como critérios de seleção o tipo de comércio, nome do estabelecimento, endereço e CEP. De acordo com a metodologia, a definição da amostra

deve considerar a diversidade dos tipos de comércio (supermercados, feiras, açougues, mercados municipais, sacolões, hortifrúteis etc.) e sua distribuição apoiada no CEP, considerando a representatividade entre os diversos bairros do município.

salário mínimo para comprar a Cesta Básica de Alimentos. Para isso, divide-se o custo mensal da Cesta Básica pelo salário mínimo vigente, cujo resultado é multiplicado pela jornada de trabalho adotada na Constituição (220h/mês, desde outubro de 1988).

Com base nos preços médios por produto e custo mensal, calculam-se as variações simples mensais, utilizando a média emparelhada da especificação de cada produto, que consiste na combinação do preço médio do mês atual com o mês anterior. Se ocorrer ausência de um preço no mês, este será imputado (repetido o mesmo preço do mês anterior).

Por fim, calcula-se o salário mínimo necessário para o que o DIEESE considera regra constitucional, ou seja, o gasto com alimentação de um trabalhador adulto e de sua família não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de alimentos. Dessa forma, deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

A família considerada para o cálculo é composta de dois adultos e duas crianças que, por hipótese, consomem tal qual um adulto. Apoiado nesse princípio, o custo mensal da Cesta Básica é multiplicado por três, representando o custo familiar de alimentação. Em seguida, dada a proporcionalidade da parcela orçamentária das famílias de baixa renda (35,71%), infere-se o orçamento total capaz de suprir as demais despesas familiares.

A VARIAÇÃO SIMPLES DE PREÇOS MÉDIOS DA CESTA BÁSICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA

O presente tópico tem o intuito de avaliar o comportamento dos preços de alguns alimentos componentes da Cesta Básica de Vitória da Conquista. Trata-se de um indicador muito sensível aos efeitos da sazonalidade desencadeadas pelas estações do ano, característica da volatilidade de preços da maioria dos alimentos, principalmente produtos *in natura* e de elaboração primária.

Reconhece-se que várias dimensões analíticas devem ser incorporadas à investigação, excepcionalmente as socioeconômicas e

ambientais. De fato, a organização da produção, da distribuição e da comercialização agrícola determina as condições em que os gêneros alimentícios são ofertados às distintas regiões geográficas, em termos de acessibilidade, atributos de qualidade e custos, destacando-se também a demanda na perspectiva do gosto e preferência do consumidor.

O comportamento de Preços da Cesta Básica em agosto de 2021 (Tabela 2) demonstrou que alguns produtos da Cesta Básica, considerados elásticos (café, óleo de soja, manteiga, pão, tomate e banana da prata) são sensíveis às alterações de preço, enquanto outros são produtos inelásticos, considerados um bem essencial e com poucos substitutos. A baixa inelasticidade está presente nos produtos de alta necessidade da Cesta Básica (arroz, farinha de mandioca, açúcar, feijão, carne de “segunda” etc.). O consumidor não é muito sensível em relação à quantidade que irá comprar em caso de uma mudança no preço.

Tabela 2 – Variação simples dos preços médios dos produtos da Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, 2021 a 2023

PRODUTOS Anos	Agosto 2021	Agosto 2022	Agosto 2023
Açúcar cristal	0,32%	0,68%	-0,71%
Arroz	-2,48%	0,97%	1,78%
Banana da prata	3,34%	0,14%	1,65%
Café moído	5,44%	0,79%	-1,07%
Carne	-0,51%	-4,28%	-3,67%
Farinha de mandioca	-0,18%	2,55%	-1,19%
Feijão	0,48%	2,03%	-7,85%
Leite	1,32%	14,31%	-0,28%
Manteiga	3,00%	7,21%	-0,03%
Óleo de soja	0,59%	-5,23%	-4,39%
Pão francês	0,00%	3,08%	-2,35%
Tomate	0,94%	-12,03%	-1,51%
Cesta Básica	0,50%	-0,68	-2,05

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos resultados da pesquisa.

A instabilidade dos preços dos produtos agrícolas é uma característica que geralmente está associada a uma curva de demanda inelástica, ao preço e ao comportamento da oferta agrícola, sazonal por natureza. Com a oferta instável, as variações nos preços de mercado são mais intensas nos casos de demanda inelástica ao preço.

Nessa situação, quando há sobreoferta, os preços demorarão mais para voltar ao patamar inicial, porque é preciso que haja uma resposta proporcional na quantidade demandada, que pode

resultar de um aumento no nível de renda da população, caso improvável a curto prazo, ou que decorra o lapso de tempo necessário para que as expectativas dos produtores se ajustem aos preços correntes e resultem em redução de área plantada e de oferta global, situação mais frequente no mundo real. Por essa razão, no mercado de farinha de mandioca, os períodos de boa produção e preços muito baixos são sempre seguidos por outros de baixa produção e preços em elevação.

Segundo os dados do Programa de Indicadores Econômicos, em agosto de 2021, a Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, custou R\$ 450,55. Adicionalmente, observa-se que os alimentos que apresentaram maior variação de alta nos preços (ou menor queda) foram: Café-moído (5,44%) e Banana-prata (3,34%); os produtos que apresentaram maior queda (ou menor alta) foram: arroz (-2,48%) e carne bovina (Acém) (-0,51%), conforme Tabela 2.

O tempo de trabalho necessário para se obter a Cesta Básica foi 97 horas e 24 minutos e, nesse mês de agosto de 2021, o(a) trabalhador(a) comprometeu 44,28% do salário mínimo líquido para adquirir os doze produtos da Cesta.

Uma vez que a Cesta Básica do mês de agosto de 2021 custou R\$ 450,55, o custo familiar de alimentação foi estimado em R\$ 1.351,65. Ou seja, para suprir apenas os gastos com alimentação da família, o salário mínimo líquido teria que ser reajustado em 32,84%. Assim, em agosto de 2021, o salário mínimo projetado para Vitória da Conquista deveria ser de R\$ 3.785,08, ou seja 2,99 vezes o piso do salário mínimo nacional, R\$ 1.100,00. O reajuste efetivo teve um acréscimo de R\$ 55,00 em comparação com o valor anterior, em descompasso com os índices inflacionários do país.

No ano seguinte, em agosto de 2022, a Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, custou R\$ 518,87. Os produtos que apresentaram maior alta (ou menor queda) foram: Leite pasteurizado (14,31%) e Manteiga (7,21%). Os produtos que apresentaram maior queda (ou menor alta) foram: Tomate (-12,03%) e Óleo (-5,23%), (Tabela 2).

O Leite manteve a alta comparado ao ano anterior. Isso porque a produção foi menor nesse semestre comparado com o semestre anterior, o que elevou o preço desse produto e dos seus derivados como a manteiga. A alta observada foi devida à persistência dos elevados custos de produção, que

impactou positivamente a retração da oferta pelos produtores, contribuindo para a intensa competição entre os laticínios. A análise destaca variações nos preços de produtos, o aumento do preço do Leite, por exemplo, devido à redução na produção; a queda no preço do Tomate e do Óleo, à oferta maior.

O Tomate seguiu a tendência nacional de queda dos preços. Tal comportamento se deve ao aumento da oferta do produto. No caso do Óleo, os preços mais baixos, no período em análise, estão ligados ao aumento da oferta do insumo básico, a soja. Com a queda dos preços no mercado internacional, registrou-se um aumento da oferta dos produtos e seus derivados que, por consequência, fez que o preço do óleo de soja diminuísse. Em suma, a análise destaca variações nos preços de produtos, como o aumento do leite devido à redução na produção e a queda no preço do tomate e óleo à oferta maior.

No mês em análise, o tempo de trabalho necessário para se obter a Cesta Básica foi de 101 horas e 49 minutos, e o(a) trabalhador(a) comprometeu 46,28% do salário mínimo líquido para adquirir os doze produtos da Cesta. O tempo de trabalho necessário e a porcentagem do salário comprometida ressaltam a pressão financeira sobre os trabalhadores. Assim sendo, os dados destacados indicam que o custo da Cesta Básica em Vitória da Conquista, Bahia, em agosto de 2022, foi significativo em relação ao salário mínimo vigente nesse período, evidenciando desafios econômicos.

Como a Cesta Básica do mês de agosto de 2022 custou R\$ 518,87, o custo familiar de alimentação foi estimado em R\$ 1.556,60. Ou seja, para suprir apenas os gastos com alimentação da família, o salário mínimo líquido teria que ser reajustado em 38,85%. Assim, o salário mínimo necessário, em Vitória da Conquista, Bahia, em agosto de 2022, deveria ter sido de R\$ 4.359,0, ou seja 2,99 vezes o salário mínimo nacional, que foi de R\$ 1.212,00, evidenciando a magnitude da variação inflacionária no período.

Em agosto de 2023, a Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, custou R\$ 524,61. Os produtos que apresentaram maior alta foram: Arroz (1,78%) e Banana-prata (1,65%). Os produtos que apresentaram maior queda foram: Feijão (-7,85%) e Óleo (-4,39%), conforme ilustra a Tabela 2.

A variação positiva do Arroz pode ser explicada pelo aumento da demanda nas indústrias produtoras e pelo maior volume exportado do grão. Dessa forma, o aquecimento das exportações contribuiu para alavancar os preços, estimulando os produtores a direcionar parte de sua produção para a exportação (CEPEA, 2023). Cabe frisar que os preços da Banana-prata apresentaram alta graças ao volume ofertado da fruta mais restrito, devido a fatores climáticos desfavoráveis que atrasaram a maturação do fruto (Lima, Viana, 2023).

A variação negativa do Feijão, observada nos meses anteriores a agosto de 2023, deve-se à normalização e encerramento da colheita da 3ª safra da região do SEALBA em Sergipe. O grande volume colhido abasteceu o mercado resultando na redução dos preços (CONAB, 2023). Quanto ao Óleo de soja, houve uma redução menor nos preços em comparação ao período analisado anterior. Esse efetivo declínio ocorreu devido à reposição dos estoques totais do óleo no exterior, o que reduziu os preços no Brasil (ABIOVE, 2023).

No mês em análise, o tempo de trabalho necessário para se obter a Cesta Básica foi de 94 horas e 31 minutos, e o(a) trabalhador(a) comprometeu 42,97% do salário mínimo líquido para adquirir os doze produtos da cesta.

Como a Cesta Básica do mês de agosto de 2023 custou R\$ 524,61, o custo familiar de alimentação foi estimado em R\$ 1.573,83. Ou seja, para suprir apenas os gastos com alimentação da família, o salário mínimo líquido teria que ser reajustado em 28,90%. Assim, o salário mínimo necessário, em Vitória da Conquista, Bahia, em agosto de 2023, deveria ter sido de R\$ 4.407,26, 2,99 vezes o salário mínimo nacional, que em agosto de 2023 era de R\$ 1.320,00.

Os dados indicam variações nos preços da Cesta Básica em agosto de 2023 em Vitória da Conquista, Bahia. Destaca-se aumento em produtos como Arroz e Banana-prata, devido à demanda e às condições climáticas. A queda no preço do feijão é atribuída ao grande volume colhido na 3ª safra em Sergipe, enquanto o Óleo de soja teve uma redução de preço devido à reposição dos estoques totais no exterior.

O tempo de trabalho necessário e a porcentagem do salário comprometida refletem desafios econômicos para os trabalhadores. O custo familiar de alimentação foi estimado em R\$

1.573,83, sugerindo um ajuste necessário de 28,90% no salário mínimo.

COMPORTAMENTO DE PREÇOS MÉDIOS DA CESTA BÁSICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA

A presente seção tem o intuito de avaliar o comportamento dos preços de alguns alimentos componentes da Cesta Básica de Vitória da Conquista para identificar relações de causalidade decorrentes nas variações dos preços. O preço médio observado na Tabela 3 representa uma média dos preços coletados mensalmente de todos os tipos, marcas e categorias para cada produto selecionado para amostra da pesquisa, calculados para os anos de 2021, 2022 e 2023.

O acompanhamento das variações simples dos preços unitários anuais (Tabela 3) permite visualizar com maior riqueza de detalhes o movimento dos preços, bem como o período em que ocorre, a depender das condições de oferta do produto. Observa-se a ocorrência de taxas de crescimento anuais maiores para os produtos Café, (37,95%), Tomate, (37,09%), Banana (26,21%), e Manteiga (25,75%). Cabe destacar que o Café e o Tomate são os produtos com maiores taxas de crescimento no período. Nesse período o preço da Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, teve acréscimo real de 14,12%.

Tabela 3 – Preços médios, por produto e suas respectivas taxas de crescimento anual da Cesta básica de Vitória da Conquista, Bahia, 2021 a 2023

MESES	Agosto	Agosto	Agosto	%
PRODUTOS	2021	2022	2023	
Açúcar cristal	R\$3,57	R\$4,62	R\$4,50	20,67
Arroz	R\$4,70	R\$4,58	R\$5,29	11,15
Banana da	R\$4,28	R\$5,37	R\$5,80	26,21
Café moído	R\$5,46	R\$8,99	R\$8,80	37,95
Carne	R\$30,72	R\$26,94	R\$26,21	-
Farinha mandioca	R\$5,59	R\$6,00	R\$7,47	25,17
Feijão	R\$7,23	R\$9,54	R\$8,46	14,54
Leite	R\$4,78	R\$6,97	R\$6,29	24,01
Manteiga	R\$20,21	R\$25,67	R\$27,22	25,75
Óleo de soja	R\$8,16	R\$10,24	R\$6,98	-
Pão francês	R\$12,01	R\$14,22	R\$13,76	12,72
Tomate	R\$4,80	R\$5,49	R\$7,63	37,09
Cesta Básica	R\$450,5	R\$518,8	R\$524,6	14,12

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos resultados da pesquisa.

Com base nos preços médios foram obtidas as variações simples do Café para o período analisado. Esse aumento foi motivado por problemas climáticos conforme aponta o CEPEA. Os impactos da estiagem prolongada no Espírito Santo e as fortes chuvas em outras regiões acarretam quedas na produção do grão, diminuindo a oferta e, conseqüentemente, elevando os preços.

Segundo dados de uma série histórica, o Tomate apresentou variação positiva de 37,09%, em consequência da instabilidade climática, que variava entre altas temperaturas e chuvas constantes e volumosas, fatores que reduzem a oferta do produto.

A valorização do dólar é outro fator que pode influenciar o valor final do produto, uma vez que insumos importados encarecem os custos de produção, refletindo nos preços ao consumidor. No entanto, visto que a taxa de câmbio não compõe o modelo analítico do presente estudo, sua influência é aqui tratada de forma contextual. Em agosto, a oferta de determinados produtos ficou limitada, levando os produtores a anteciparem a colheita, o que resultou em menor qualidade e afetou negativamente as vendas. Apesar da redução na comercialização, os preços permaneceram elevados.

Em específico, a Banana apresenta essa taxa de crescimento por ser uma cultura que tem oscilações na produção e por sofrer interferências climáticas. Esse aumento foi motivado por problemas no clima, como frio e estiagem, os quais afetaram a produção em várias regiões do país, segundo a revista Hortifrúti Brasil.

O tempo de trabalho necessário e a porcentagem do salário comprometida oscilou em 44,28% (2021), 46,28% (2022) e 42,97% (2023), comparada à renda do trabalhador no município. Os percentuais apresentados demonstram o quanto distante está o salário mínimo das necessidades básicas de um trabalhador. Nos anos analisados, os percentuais de reajustes sobre os salários mínimos líquido são muito próximos. Isso reflete no poder de compra da população economicamente ativa em termos monetários, evidenciando a desproporcionalidade quando comparados à variação inflacionária do período.

ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS PREÇOS MÉDIOS DA CESTA BÁSICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA

Nesta seção é feita uma análise estatística dos preços médios dos alimentos componentes da Cesta Básica de Vitória da Conquista, entre agosto de 2021 e agosto de 2023, à luz de medidas de dispersão (Tabela 4).

Tabela 4 – Análise Estatística dos Preços Médios da Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, 2021 a 2023

Produtos	Medidas estatísticas				
	Média	Desvio	Variância	Covar	Correl. R ²
Açúcar cristal	R\$4,23	0,57	0,33		
Arroz	R\$4,86	0,38	0,14		
Banana da prata	R\$5,15	0,78	0,61		
Café moído	R\$7,75	1,99	3,94		
Carne	R\$27,96	2,42	5,86		
Farinha mandioca	R\$6,35	0,99	0,98		
Feijão	R\$8,41	1,16	1,34		
Leite	R\$6,01	1,12	1,26		
Manteiga	R\$24,37	3,68	13,56		
Óleo de soja	R\$8,46	1,65	2,72		
Pão francês	R\$13,33	1,17	1,36		
Tomate	R\$5,97	1,48	2,18		
	R\$122,8	17,38	34,28	2,39	0,87

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos resultados da pesquisa.

Nesse período, a média estatística dos preços foi de R\$ 122,85, com valor máximo observado (R\$ 27,96) no preço da Carne e o mínimo (R\$ 4,23) no preço do açúcar. Conforme os cálculos apresentados na Tabela 4, o desvio padrão foi de 17,38, portanto, baixo. Isso indica que a maioria dos valores do conjunto de dados estão concentrados em torno da média, ou seja de R\$ 122,85.

No que se refere à variância, o resultado total foi de 34,28, portanto os dados são regulares e homogêneos. Esses também tendem a estar mais concentrados em torno da média. A covariância é uma medida estatística por meio da qual é possível comparar duas variáveis, permitindo entender de que maneira elas se relacionam entre si. Essa medida foi usada para avaliar o comportamento do preço do Leite e Manteiga (produto *in natura*), com base nos preços médios constantes na Tabela 3. A escolha desses produtos da Cesta Básica justifica-se por se tratar de produtos complementares, portanto, esse cálculo estatístico permite entender como eles se relacionam entre si.

Ao analisar os preços dos itens Manteiga e Leite, coletados no período de agosto 2021 a agosto de 2023, verifica-se o valor da covariância, positiva de 2,39, cálculo de correlação de 0,897 e o R^2 , o coeficiente de determinação, de 0,75. Quando comparados esses itens, infere-se que estatisticamente o resultado é significativo, pois o aumento de um produto acompanha o aumento do outro, de modo sincronizado.

Nesse período, a Manteiga manteve a tendência de alta. Isso porque a oferta de leite foi menor nos meses em comparação com o semestre anterior, o que fez que o preço do produto aumentasse e, por consequência, o preço dos derivados de leite.

Ainda nesse contexto estatístico, realizou-se o cálculo de correlação, pelo fato dessa ferramenta validar a observação de variáveis que se movem de maneira padronizada. Em outras palavras, trata-se de uma relação linear, em que a variação de um produto é conectada a uma variação proporcional no outro produto, com o qual ele está sendo comparado.

Sabe-se que o coeficiente de correlação responde a uma escala que varia de -1 (perfeitamente negativa) até +1 (perfeitamente positiva). Em específico, de acordo com a métrica, trata-se de uma correlação positiva de 0,897, portanto, indica que as variáveis analisadas, Leite e Manteiga, movem-se na mesma direção. Quanto mais próxima a 1, maior a correlação.

Por fim, utilizou-se o coeficiente de determinação, também conhecido como R^2 , para medir, em termos percentuais, as possibilidades de variação do produto (Leite) com base nas mudanças do outro produto (Manteiga).

O coeficiente de determinação confirma uma “média de acerto” para o coeficiente de correlação, ou seja, quanto das variações de X pode ser explicado pelas variações de Y e vice-versa. O R^2 varia entre 0 e 1 e quanto maior o seu coeficiente, melhor ele se ajusta à amostra de dados coletados. Assim, chega-se à conclusão de que 75% das variações do produto (Leite) estão diretamente relacionadas às variações do produto (Manteiga).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Garantia de Preços Mínimos Agrícolas pode impactar os preços dos alimentos da

Cesta Básica ao oferecer suporte financeiro aos agricultores, afetando a oferta de produtos agrícolas, bem como o crédito rural que influencia a produção.

Os principais determinantes da insegurança alimentar na América Latina são os preços dos mantimentos, visto que afetam a quantidade e qualidade dos alimentos demandados. No caso específico, essa análise delineada em tempo e espaço teve o objetivo de avaliar os efeitos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), crédito rural e da carga tributária indireta sobre o preço de alguns dos principais produtos componentes da Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, no período de agosto de 2020 a agosto de 2023.

Na hipótese levantada, pressupõe-se que os efeitos da Política de Garantia de Preços Mínimos Agrícolas, do crédito rural e da carga tributária indireta sobre os preços dos alimentos na Cesta Básica de Vitória da Conquista, Bahia, são complexas e inter-relacionadas.

A carga tributária indireta, ao incidir sobre insumos e processos produtivos, pode contribuir para a elevação dos preços. Esses fatores, combinados, podem ter efeitos complexos na formação de preços dos alimentos essenciais. As múltiplas experiências governamentais sinalizam que as políticas econômicas, quando balizadas por propósitos de equidade e bem-estar, podem promover o desenvolvimento social, tornando-se instrumentos eficazes na redução da pobreza e insegurança alimentar.

Para tanto, é necessário analisar os efeitos das ações públicas diante dos diferentes mercados e inconstantes ambientes institucionais e organizacionais. Os parâmetros estimados para mensurar o impacto da tributação indireta sobre o consumo dos alimentos podem revelar onerações relevantes às classes sociais conquistenses com menor poder aquisitivo, uma vez que o percentual das despesas com alimentação em relação às rendas é relativamente alto.

Dessa forma, entende-se que a organização da produção, distribuição e da comercialização agrícola determinam as condições em que os gêneros alimentícios são ofertados às distintas regiões geográficas, em termos de acessibilidade, atributos de qualidade e custos.

Por fim, ressalta-se que as análises aqui realizadas sobre o mercado alimentar de Vitória da Conquista, Bahia, não esgotam as discussões sobre os condicionantes do acesso aos alimentos. Reconhece-se que várias dimensões analíticas devem ser incorporadas à investigação, excepcionalmente as socioeconômicas e ambientais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto-lei no 399/38**, de 30 de abril de 1938. Institui normas para a fixação do salário mínimo e às necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (D. L. nº 399 art.2º). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 79**, de 19 de dezembro de 1966 institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisições de produtos agropecuários. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=79&ano=1966&ato=96cg3YE50MZRV322>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2024.
- BRASIL, HF BRASIL-Hortifrúti. **Retrospectiva 2023 & Perspectiva 2024**. São Paulo: HF Brasil, 2024. Disponível em: <<https://www.hfbrasil.org.br/br/estatistica/banana.aspx>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024
- BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. 6 Ed. São Paulo, Cengage Learning, 2013.
- BOWERSOX, Donald J. *et al.* **Gestão Logística da Cadeia de Suprimentos**. Porto Alegre, AMGH, 2014.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA) E CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (CNA). **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2024**. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> >.
- COASE, R. The nature of the firm. **Economica**, New Jersey, v. 4, n. 16, p. 386-405, nov. 1937.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Perspectivas para a agropecuária**. v.1. Brasília: Conab, 2013. Disponível em: < file:///Users/mairaferraz/Downloads/Perspectivas_para_a_Agropecuaria_-_V.1_-_Safr_2013-2014.pdf> Acesso em: 26 de jan. 2023.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos**. DIEESE: 2009. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>
- DONDA JUNIOR, Alberto. **Fatores Influentes no Processo de Escolha da Localização Agroindustrial no Paraná: Estudo de Caso de uma Agroindústria de Aves. Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- GREMAUD, Amaury Patrick. (Org.). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- LIMA, João R. Ferreira; VIANA, Izabella Maria da Silva. Análise de tendência e sazonalidade dos preços da banana prata no mercado do produtor de Juazeiro, Bahia. In: I SIMFRUIT - Simpósio de Fruticultura no Vale do São Francisco. **Anais [...]** Juazeiro: UNIVASE, 2015. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/138671/1/Arquivo-2.pdf>> Acesso em 19 mar. 2023.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985, 272. p.).
- PINTO JR, Helder Queiroz; FERRARO, Marcelo Colomer; VERNERSBACH, Aldren. **Competição, Rivalidade e Estrutura de Mercado: uma análise teórica da concorrência em oligopólio**. Nota Técnica 03. Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ (GEE/IE/UFRJ), 2020. Disponível em: <https://www.sindicatos.org.br/Download/nota-tecnica-03-sindicatos-fev2020-v-2.pdf>. Acesso em 19 mar. 2023.
- ROSEN, Harvey S. **Finanças Públicas**. Boston: McGraw-Hill, 2005.
- RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1997.
- RUEL, Maria T.; HADDAD, Lawrence; GARRETT, James L. Some urban facts of life: implications for research and policy. **World Development**. v. 27, n. 11, p. 1917-1938, 1999.
- SANTOS, Everson Vieira. **Carga Tributária Indireta sobre o Custo do Cesto Básico da Região Metropolitana de Porto Alegre**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- SILVA, Mauro Santos. Teoria do federalismo fiscal: notas sobre as contribuições de Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian. **Revista Nova Economia**, v. 15, n. 1, p. 117-137, 2005.
- SILVA, Rayanne Canedo *et al.* Cálculo e Análise do Custo da Cesta Básica do Município de Pires do Rio, GO. **Enciclopédia biosfera**, v. 8, p. 1676-1685, 2010.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WILLIAMSON, O. **Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications**. New York, The Free Press. 1975

Sobre as Autoras

Delza Rodrigues de Carvalho

Doutora em Geografia. Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6992-4816>
delza.carvalho@uesb.edu.br

Maíra Ferraz de Oliveira Silva

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Editora-chefe dos Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6141-8836>
mairaferraz@uesb.br
